

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA PROMOTORA DE MUDANÇAS NA PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Daniela Ferreira de Lima (*), Luis Felipe Seixas Magalhães da Silva, Maylon Fernando Coelho Mota, Taciane Sousa Estevão, Marcelo Ednan Lopes da Costa.

*Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Cuiabá – Bela Vista. E-mail: danielatga@gmail.com.

RESUMO

A temática ambiental tem ganhado ênfase em diversos meios de comunicação, através da mídia, jornais e revistas impressos, na escola, e diversos outros locais. Tal temática vem, na maior parte das vezes, acompanhada por questões de degradação ambiental, tais como poluição dos rios, desmatamento, exaustão dos recursos exauríveis, entre outros. O que leva o ser humano a exercer uma situação antrópica ao meio ambiente, é fruto de diversos estudos. Um dos aspectos possíveis para compreender a relação entre o homem e a natureza, são estudos ligados à percepção ambiental. Quando a percepção é associada à educação, a descoberta e, conseqüentemente, os ganhos, poderão ser fundamentais na condução de políticas públicas e privadas para a gestão adequada dos recursos naturais. Este trabalho, buscou mensurar a relação entre a percepção ambiental, através de perguntas onde o entrevistado atribuía um grau de percepção, e sua relação com a educação. Para tanto, foram aplicados 60 questionários aos frequentadores de uma Unidade de Conservação na cidade de Cuiabá – MT, ao longo de dois anos, sendo 30 aplicações em cada ano. Os resultados mostram uma relação positiva e crescente entre a escolaridade (educação formal) e a percepção ambiental. Também, foi possível auferir que há uma relação positiva entre questões ligadas ao altruísmo e a condução para o desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: altruísmo, conservação dos recursos naturais, desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

Partindo das reflexões de um panorama global de amplo destaque das questões de problemas ambientais, pode-se dizer que essas questões não são discussões recentes, pois Silva (2012) identifica como marco simbólico do início da “ecologização” das sociedades ocidentais, o ano de 1945. Segundo Pedrini, (1997) na Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia, realizada pela UNESCO e ONU - PNUMA em 1977, ficaram estabelecidos os princípios que norteariam a educação ambiental. Estes princípios fomentavam uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais.

Ao longo da história, inúmeros registros de atitudes humanas expressam o reconhecimento da necessidade de estabelecer o controle do homem sobre o próprio homem, protegendo a natureza, seja por questões mais práticas de exploração dos recursos naturais, seja por crenças religiosas abstratas e pautadas em questões éticas. Independentemente dos debates políticos e acadêmicos que se processam, esse controle ocorreu e continua ocorrendo (MILANO, 2002).

A partir do século XVIII, a natureza sofreu uma grande devastação, superior ao total até então destruído em um século. A Revolução Industrial permitiu que a capacidade da humanidade de intervir na natureza desse um novo salto colossal e que continua a aumentar sem cessar (MAY, 2010).

É interessante notar que essa enorme capacidade de intervenção, ao mesmo tempo em que provocou grandes danos ambientais, também ofereceu em muitas situações os meios para que a humanidade afastasse a ameaça imediata que esses danos pudessem representar para sua sobrevivência, e com isso, retardasse a adoção de técnicas e procedimentos mais sustentáveis (HAWKEN, LOVINS e LOVINS 1999).

De acordo com Moura (2006), um dos principais problemas atuais refere-se ao consumo excessivo dos recursos naturais e seu esgotamento. Estima-se que, atualmente, a humanidade esteja ultrapassando em cerca de 20% a capacidade de suporte dos ecossistemas, e com relação aos recursos não renováveis, a ideia é de adiar o seu esgotamento. E qual será o limite desse uso? Essa é uma questão de extrema importância e difícil de ser respondida.

Na atualidade, a percepção ambiental é tratada como elemento primordial nas questões ecológicas por auxiliar nos estudos da relação entre o ser humano e o ambiente no qual este se encontra inserido (LOPES, 1994). A visto disso, o autor define como cada indivíduo vê, percebe o ambiente que está em sua volta, compreendendo da melhor forma que sua consciência retrata.

Para Amorim Filho (2002), a percepção é a “função psicológica que capacita o indivíduo a converter os estímulos sensoriais em experiência”. Sendo que essa experiência ocorre de forma organizada e coerente. Destaca-se, portanto, que para esse autor, a noção de percepção se dá diretamente pela interação entre os estímulos sensoriais, que são apropriados pelo sujeito, e as suas experiências pessoais, que juntos cooperam para organizar de forma coerente, em sua mente, a realidade percebida.

A sustentabilidade poderá ser mensurada de diversas maneiras por meio de indicadores e índices, mesmo sabendo que, pelo atual estado da arte, a sustentabilidade é imensurável. Entende-se que todo recurso ambiental tem um valor intrínseco que, por definição, é o valor que lhe é próprio, interior, inerente ou peculiar. É o valor que reflete direitos de existência e interesses de espécies não humanas e objetos inanimados, por exemplo (MOURA, 2006).

Como mecanismo para ampliar a percepção ambiental, pode-se citar a manutenção do verde urbano, que vem sendo justificado pelo seu potencial em realçar aspectos associados à qualidade ambiental e enquanto provedora de benefícios, o ativo natural interfere positivamente na qualidade de vida pela manutenção das funções ambientais, sociais e estéticas, amenizando impactos negativos da urbanização (CUNHA, 2005).

Como estratégia para a conservação dos recursos ambientais em consonância com o desenvolvimento sustentável, a educação surge como uma ferramenta de disseminação de práticas mais sustentáveis. Por meio da educação, é possível transmitir conhecimentos relacionados ao meio ambiente e engajar muitos outros indivíduos nesta temática.

A educação é uma forma efetiva de se alcançar a população para manutenção dos recursos naturais, tanto para os jovens que se encontram em processo de alfabetização quanto para os adultos que já foram alfabetizados. Porém, para que isso aconteça, é preciso haver uma educação transformadora, que vise o social, o profissional, o psicológico e também a consciência ambiental do educando (FREITAS e MAIA, 2009).

Perante isto, nos deparamos com um cenário repleto de necessidades de se avançar nas pesquisas e estudos a partir da educação ambiental, onde apesar das grandes iniciativas dos organismos internacionais, ainda estamos muito distantes de uma sociedade ecologicamente equilibrada. Daí a grande necessidade da ampliação da educação ambiental, para podermos alavancar uma mudança real na percepção das pessoas e assim deslumbrarmos uma sociedade com possibilidades de uma organização baseada na capacidade natural do provimento e renovação dos recursos naturais. Dessa forma, ressaltar a importância da cidadania e incorporar valores humanistas, solidários e éticos, auxiliará na reconstrução do meio ambiente, pois, o conhecimento que o ser humano tem do seu ambiente vai depender da sua percepção. O processo perceptivo é o sistema de informação com que o homem conta para entrar em contato com o mundo – seu meio ambiente – objetos, pessoas, acontecimentos e consigo mesmo. Portanto, é necessário pesquisar e caracterizar as concepções sobre o meio ambiente, de forma a evidenciar as principais tendências, para que seja possível propor políticas de educação ambiental (SILVA, 2012). Uma fonte promotora de educação ambiental de grande relevância é o governo, onde o mesmo é responsável por promover a educação ambiental através de Políticas Públicas e iniciativas de programas de sensibilização e conservação ambiental.

OBJETIVO

Utilizando a educação e, conseqüentemente, a escolaridade como fator determinante na condução à conservação dos recursos naturais, este trabalho tem como objetivo, mensurar a relação entre escolaridade e percepção ambiental, como mecanismo de condução ao desenvolvimento sustentável.

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho utilizou como fonte de dados, questionários aplicados aos frequentadores de uma Unidade de Conservação urbana, localizada na cidade de Cuiabá-MT. A base de dados, foi proveniente de pesquisas realizadas por acadêmicos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus Cuiabá – Bela Vista. Foram aplicados 60 questionários nos anos de 2016 e 2017, sendo 30 questionários em cada ano. Foi aleatória, a seleção dos entrevistados. Os questionários foram aplicados em pontos com muita movimentação de pessoas, dentro da Unidade de Conservação.

Para este estudo, foram selecionadas cinco questões para subsidiar o entendimento entre a educação e a percepção ambiental. As questões, extraídas do questionário aplicado aos frequentadores, foram:

- 1 – Nível de escolaridade.
- 2 – Qual o grau de importância em discutir assuntos relacionados ao meio ambiente?

- 3 – Como classifica sua contribuição para o meio ambiente no dia-a-dia?
- 4 – Qual seu grau de responsabilidade em resolver problemas ambientais?
- 5 – Avalia que suas ações podem afetar e/ou influenciar de alguma maneira o meio ambiente na Unidade de Conservação?

Com exceção das questões 1 (escolaridade) e 5 (influência sobre o meio ambiente), as demais questões, os entrevistados respondiam em uma escala que variava entre 1 a 5. Quanto mais próximo de 5, melhor era a relação entre o entrevistado e a questão, indicando alta percepção ambiental sobre o assunto. Por outro lado, quanto mais próximo de 1, pior era a relação entre o entrevistado e o que estava sendo abordado, indicando baixa percepção ambiental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compor a amostra, foram entrevistadas 60 pessoas nos anos de 2016 e 2017, 30 entrevistas em cada ano. No que tange à escolaridade, percebe-se que houve estabilidade quanto ao ensino superior completo, entre os anos de 2016 e 2017. Porém, houve queda nos percentuais destinados aos entrevistados que disseram possuir curso superior incompleto. Via de regra, entre os entrevistados, pode-se auferir excelente escolaridade, com predominância de curso superior (incompleto e completo) e pós-graduação (figura 1).

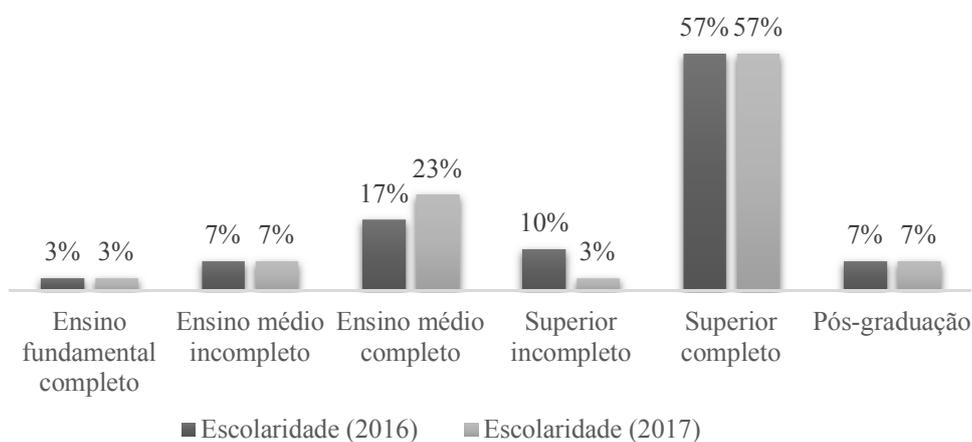


Figura 1: Escolaridade dos entrevistados. Fonte: autores do trabalho.

Com relação às perguntas com o intuito de captar a percepção ambiental dos entrevistados, a questão 2 – “Qual o grau de importância em discutir assuntos relacionados ao meio ambiente?”, para o ano de 2016, mostrou que 77% dos entrevistados atribuíram grau 5, indicando alta percepção nesta questão. No ano seguinte (2017), o mesmo percentual foi encontrado, onde 77% dos entrevistados também atribuíram grau 5.

No que tange à questão 3 – “Como classifica sua contribuição para o meio ambiente no dia-a-dia?”, para os entrevistados no ano de 2016, esta questão obteve os seguintes resultados: 20% atribuíram baixa percepção (grau 2); 33% atribuíram média percepção (grau 3); e 23%; 23% atribuíram os graus 4 e 5, respectivamente, indicando alta percepção sobre o assunto questionado. No ano seguinte, em 2017, as respostas ficaram assim distribuídas: 3%; 3% atribuíram baixa percepção (graus 1 e 2, respectivamente); 23% atribuíram média percepção (grau 3); 23% atribuíram alta percepção (grau 4); 47% com a máxima percepção (grau 5). Desta forma, neste ano de 2017, esta questão obteve 70% de alta percepção (junção dos graus 4 e 5). No ano anterior, pode-se dizer que, 46% dos entrevistados mostraram alta percepção com este assunto (junção dos graus 4 e 5).

Por sua vez, a questão 4 – “Qual seu grau de responsabilidade em resolver problemas ambientais?”, 53% dos entrevistados mostraram máxima percepção com esta questão (grau 5 de percepção), para o ano de 2016. Já, no ano seguinte, em 2017, houve pequena redução para este mesmo grau de percepção, onde 50% dos entrevistados disseram ser responsabilidade deles resolver os problemas ambientais.

Nos estudos de Pires, Ribas Junior, Lemos e Filgueiras (2014), faz-se um chamado para a relação em que as pessoas se conscientizam sobre os problemas ambientais e são capazes de empenhar esforços para contribuir com a solução, ou ao menos, demonstrar interesse de engajamento pessoal nas questões ambientais. Os autores chamam de ecocentrismo. Partindo deste pressuposto, quando os entrevistados, na Unidade de Conservação, estabeleceram graus de relação

ambiental próximos de 5, pode-se supor que os mesmos aplicam o conceito do ecocentrismo nestes engajamentos pessoais para com o meio ambiente.

Ao comparar a melhor escolaridade dos entrevistados (superior completo com pós-graduação) com a máxima percepção ambiental (grau 5), entre os anos de 2016 e 2017, pode-se perceber, estabilidade no nível educacional, com 64% em cada ano; aumento da percepção em relação aos assuntos ligados ao meio ambiente, com 10% de acréscimo entre 2016 e 2017; aumento de 20% na máxima percepção com relação à contribuição para com o meio ambiente; e 2% de aumento na responsabilidade em resolver problemas ambientais (figura 2).

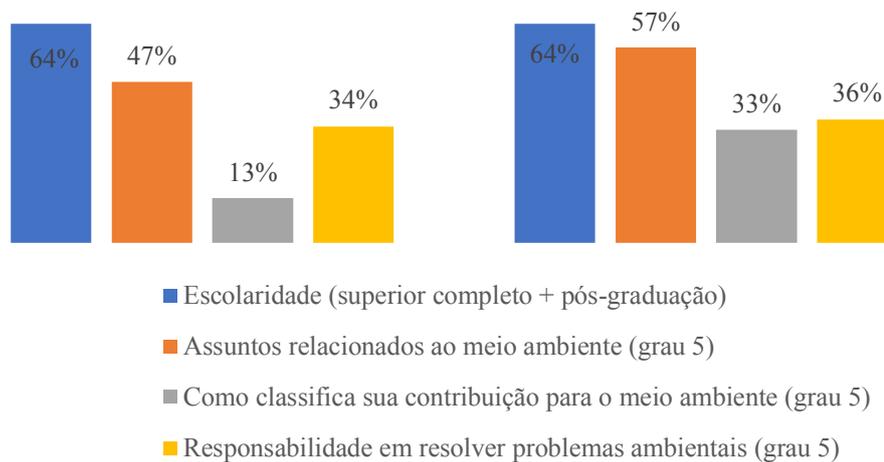


Figura 2: Relação entre a escolaridade e a percepção ambiental. Fonte: autores do trabalho.

A alta escolaridade dos entrevistados e a relação de altruísmo para como as questões ambientais, na Unidade de Conservação, assemelha-se aos estudos realizados por Almeida, Versiani, Soares e Angelo (2017), em pesquisa realizada no Parque Olhos D'Água, Distrito Federal, sobre a avaliação ambiental do Parque. Neste estudo, 95% dos entrevistados possuíam nível superior incompleto, completo ou são pós-graduados. Os autores, mencionaram neste estudo que, pessoas que percebem a crise ambiental como fator que leva à perda da qualidade de vida e possuem perfil altruísta, apresentam maior disposição a engajar-se na solução de problemas ambientais, inclusive realizando dispêndios financeiros para tal.

Quando os entrevistados foram indagados sobre o potencial que eles tinham de afetar e/ou influenciar de alguma forma a natureza dentro da Unidade de Conservação, os resultados mostraram unanimidade para “sim”. Ou seja, os frequentadores do local percebem que eles têm o poder de modificar para melhor ou para pior as características ambientais da Unidade (figura 3).

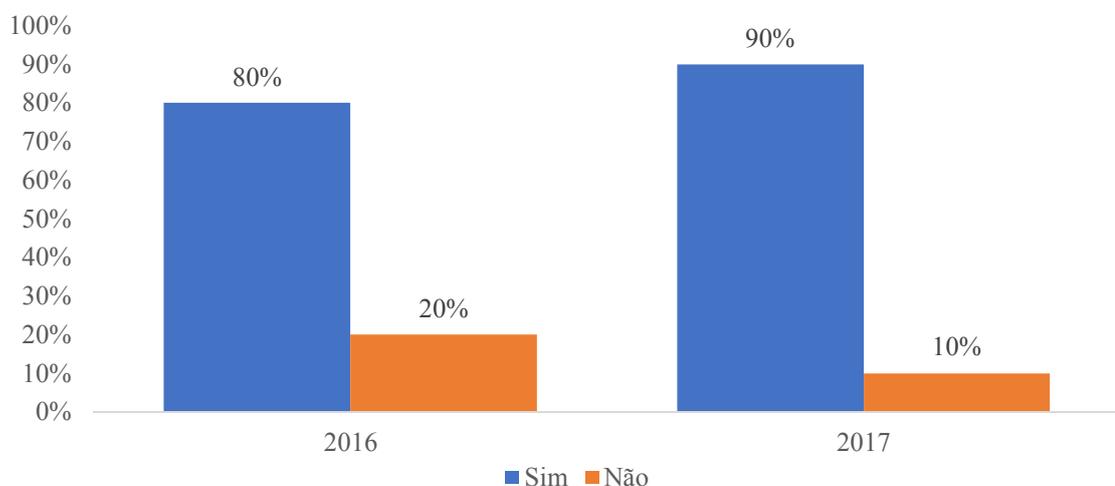


Figura 3: Percepção dos entrevistados quanto às suas possibilidades de modificação do meio ambiente, na Unidade de Conservação. Fonte: autores do trabalho.

Se comparado o poder de afetar e/ou influenciar o meio ambiente dentro da Unidade de Conservação, com a escolaridade, para o ano de 2016, 80% dos entrevistados que disseram positivamente para esta pergunta, 50% possuem curso superior completo e/ou com pós-graduação. No ano seguinte, em 2017, dentre os 90% que disseram afetar e/ou influenciar o meio ambiente, 57% possuem curso superior completo e/ou com pós-graduação (figura 4).

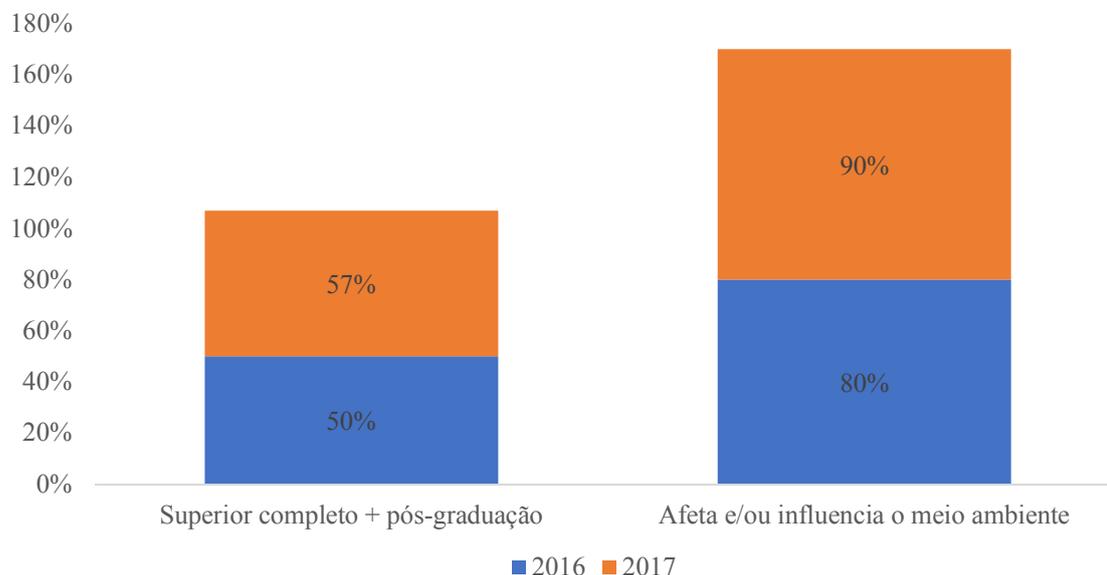


Figura 4: relação entre influenciar o meio ambiente, na Unidade de Conservação, e a escolaridade. Fonte: autores do trabalho.

Se a maior parte dos entrevistados (em ambos os anos) perceberam que são capazes de influenciar e/ou afetar o meio ambiente, seja na Unidade de Conservação ou em qualquer outro local, pode-se dizer que estes conseguem definir que suas ações são ferramentas para melhor ou piorar a qualidade ambiental do seu meio. Assim, com estes resultados positivos expressivos, 2016 com 80% e 2017 com 90%, os frequentadores deste local conseguem dimensionar seu papel para com o futuro das próximas gerações, no que tange à conservação dos recursos naturais. Pode-se ainda, fomentar que estes usuários percebem a crise ambiental que vem se agravando ao longo dos anos e alterando a qualidade de vida da sociedade. Corroborando com a ideia de perda da qualidade de vida, através do consumo exaustivo e degradação ambiental cada vez maior, Rodrigues e Lumertz (2014), enfatizam que a perda da identidade do ser humano para com a natureza ocasiona prejuízos à qualidade de vida e compromete o patrimônio ambiental para as gerações vindouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que, a educação é uma ferramenta essencial no contexto do desenvolvimento sustentável. O tripé da sustentabilidade, entendido como a relação harmônica entre o ambiental, o social e o econômico, não pode ser equalizado sem a participação da escola. Assim, esta pesquisa pretendeu responder tal inquietude.

A pesquisa encontra-se em fase de novas ampliações para aprofundar os estudos na relação entre a conservação ambiental (percepção ambiental) e a educação. Todavia, pelo que foi mostrado neste trabalho, há uma relação positiva entre a percepção ambiental e a educação. A percepção pôde ser trabalhada com variáveis que buscaram mensurar o grau de relação entre os entrevistados na Unidade de Conservação e a relação para com o meio ambiente.

A educação, mostrou-se como uma variável em ascensão, no que tange ao nível de escolaridade. Tal ascensão pode ser fruto de políticas públicas que introduziram a educação ambiental como disciplina transversal em todas as áreas do conhecimento.

Por sua vez, no que tange à relação entre os entrevistados e o meio ambiente, as perguntas que mensuraram a percepção ambiental, mostraram, através dos resultados obtidos, um nível de engajamento proativo entre o homem e seu meio, conduzindo para o conceito de ecocentrismo.

Por fim, para a condução ao desenvolvimento sustentável, é necessário o aprimoramento da relação homem e natureza, através de políticas públicas e privadas. A escola entra como um meio para essa condução. Pensar e almejar o

desenvolvimento sustentável, é abrir portas para uma melhor qualidade de vida desta geração, e das gerações que estarão por vir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, A. N. de.; VERSIANI, R. de O.; SOARES, P. R. C.; ANGELO, H. Avaliação ambiental do Parque Olhos D'Água: aplicação do método de disposição a pagar. **Floresta e Ambiente**, n. 24, p. 1-11, 2017.
2. AMORIM FILHO, O. B. Os estudos da percepção como última fronteira da gestão ambiental. In: II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais, 1992, Belo Horizonte. **Anais do II Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Geologia de Engenharia, 2002. v. único. p. 16-20. Disponível em: <http://sigcursos.tripod.com/percepcao_ultima_fronterira.pdf>. Acesso em 23 de agosto de 2018.
3. CUNHA, M. P. Raising the priority of urban areas in protected area systems in Brazil and beyond. In: TRZYNA, T. **The Urban Imperative: Urban Outreach Strategies for Protect Areas Agencies**. Sacramento: California Institute of Public Affairs, 2005.
4. FREITAS, J. R. S. R.; MAIA, K. M. P. Um estudo de percepção ambiental dos alunos de ensino de jovens e adultos e 1 ano do ensino médio da Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC)- MG. **Rev. Sinapse Ambiental**, 2009.
5. HAWKEN, P.; LOVINS, A; LOVINS, L. H. **Capitalismo natural: criando a próxima Revolução Industrial**. São Paulo: Cultrix, 1999.
6. LOPES, M. de R. Meio ambiente e comércio de produtos agrícolas. **Revista Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 29, p. 34-37, dez. 1994.
7. MAY, P. H. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
8. MILANO, M. S. Por que existem as unidades de conservação? In: **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.
9. MOURA, L. A. A. de. **Economia ambiental: gestão de custos e investimentos**. 3 ed., rev. e atual. – São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2006.
10. PEDRINI, A. de G. **Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1997.
11. PIRES, P.; RIBAS JUNIOR, R. de C.; LEMOS, D. C. L.; FILGUEIRAS, A. Ecocentrismo e comportamento: revisão da literatura em valores ambientais. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 4, p. 611-620, out./dez. 2014.
12. RODRIGUES, I. N.; LUMERTZ, E. S. dos S. A economia verde como vetor do desenvolvimento sustentável. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 11, n. 21, p. 107-134, jan./jun. 2014.
13. SILVA, C. C. da. A percepção ambiental de alunos dos anos finais do Ensino fundamental do município de Lucena – Paraíba. 2012. 61 f. Monografia - Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.